

NA CONFLUÊNCIA DA ROÇA: A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA A PARTIR DO CONSELHO DA ROÇA DO SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO ALTO RIO NEGRO¹

Ediane Hirle²

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre caminhos outros, capazes de criar confluências na roça indígena, reflorestada através das experiências e saberes ancestrais, associados ao que, no processo de patrimonialização institucional do IPHAN, é nominado como Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro. Em 2014, foi formado o Conselho da Roça, com o propósito de pensar a gestão, os limites, as possibilidades e os impactos das Políticas de Salvaguarda. Esse é um importante instrumento de participação social, capaz de abrir espaço para que as narrativas do mundo indígena ressoem no Estado. Na busca de um outra epistemologia, a partir das ideias de Mestre Nego Bispo em diálogo com as reflexões da antropóloga nativa Franci Baniwa e das contribuições de Elisângela representante do Coletivo de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro. Esta pesquisa convida a pensar as práticas coletivas presentes nas roças, nas danças, nos cantos e nos mitos transmitidos através da memória, bem como nas relações ontológicas com a terra e as plantas.

Palavras-chave: roça indígena; contralocalização; patrimonialização.

Introdução

A roça indígena, reflorestada através da memória, dos fazeres e dos saberes ancestrais, é reconhecida como Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro (SAT-RN) no processo de patrimonialização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse registro, realizado em 2010 com a inscrição no Livro dos Saberes, marcou um importante passo na preservação e valorização dos conhecimentos e práticas ancestrais relacionados ao plantio e à domesticação de diversas espécies vegetais.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Centro Lúcio Costa. E-mail: ediane.hirle@hotmail.com.

O território do Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro (SAT-RN) abrange os municípios de Santa Isabel, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, e reflete as práticas culturais de 23 povos indígenas (IPHAN, 2019). Conforme é enunciado, a agricultura praticada pelos povos do Rio Negro envolve o manejo de aproximadamente cem espécies de mandioca e trezentas espécies de outras plantas, desempenhando um papel crucial na constituição e conservação de um vasto patrimônio biológico e cultural (Velthem; Emperaire, 2016). É caracterizada pela preparação da “área de cultivo até o consumo dos alimentos, permeando diferentes aspectos da vida social em escalas ecológicas, biológicas, socioculturais e temporais, que atravessam os domínios da vida material, social e econômica” (Brayner, 2019).

As ações do IPHAN, no tocante a política de Salvaguarda do SAT-RN, tem a gestão compartilhada entre o Instituto Socioambiental (ISA), Projeto Populações Locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais (PACTA), Associação de Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Esta última é uma associação indígena sem fins lucrativos criada em 1987 com o intuito de defender a territorialidade de 23 povos indígenas, organizados em cerca de 750 comunidades, situados ao longo do Rio Negro e de seus afluentes. Considerada referência mundial na defesa do território e dos direitos indígenas na América Latina. A FOIRN atua, sobretudo, na estruturação de uma economia indígena sustentável, no monitoramento ambiental e climático do Rio Negro, na governança territorial e ambiental e no fortalecimento das 60 associações locais.

Sabe-se que do processo de registro à construção colaborativa do plano de salvaguarda foram constituídos alguns coletivos deliberativos no âmbito das relações do Sistema Agrícola Tradicional Rio Negro, como: Conselho da Roça e o Comitê Gestor de Salvaguarda. No caso deste último, participam colaboradores como Instituto Socioambiental (ISA), e pesquisadoras e pesquisadores do “Grupo de Pesquisa: Populações Tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia” – PACTA, conforme já descrito, e algumas das lideranças indígenas e detentoras (es) de conhecimento.

Em 2021, se deu o processo de consulta para revalidar o registro, onde a participação foi mediada pelo Instituto Socioambiental que disponibilizou o preenchimento de um formulário on line pelos representantes indígenas devido à ausência

do IPHAN-AM no território, por conta da pandemia Covid-19. Esse encontro gerou várias discussões que conduzirão à reflexão sobre como este instrumento de participação social pode criar "fissuras" para que as narrativas do mundo indígena ressoem no Estado.

No centro dessa roda, trago a palavra confluência, compartilhada pelo ativista político e militante quilombola Antônio Bispo dos Santos. Ele nos deixou o legado de retomar palavras e sentidos através de uma bagagem de experiências e saberes ancestrais, provenientes da chamada "geração avó" quilombola, com o objetivo de estabelecer diálogos entre quilombos e comunidades indígenas. Assim, o pensamento de Mestre Nego Bispo (2020) discute um caminho para dismantelar o sistema colonial de maneira inteligente e circular: promove a defesa da *contracolonialidade*.

Compreendido como um movimento de compartilhamento, reconhecimento e respeito, em que os diferentes se somam e se fortalecem. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. As ideias Bispo (2023) nos convidam a repensar nossa relação com o mundo e com os outros, promovendo uma perspectiva *biocultural* e integrada, que reconhece a interconexão entre todos os elementos do nosso planeta e busca construir um futuro mais justo e sustentável.

Neste sentido, na roça indígena a *biointeração* e o compartilhamento tornam-se marcos de uma luta por direitos à vida contra um sistema colonial ainda ancorado nas políticas de Estado vigentes. Utilizando analogias como a confluência de rios, ele nos lembra que, ao nos conectarmos com outros, não perdemos nossa natureza, mas nos fortalecemos. Baseando nas cosmovisões e nos politeísmos dos povos *afropindorâmicos* confluentes, Bispo mostra como é possível viver *outramente* e abre caminho à superação da colonialidade autoritária de um Estado, que ainda não encontrou uma convergência plural de diferentes sistemas de pensamento, capaz de assegurar os debates necessários ao viver em comum, sem a eliminação compulsória das diferenças.

O movimento indígena no Alto Rio Negro resiste nas lutas por garantias de direitos e acesso à terra e políticas – *políticas próprias* - para o inadiável (re)envolvimento com a terra e para a ampliação dos nossos imaginários de coexistência. Para além da visão acadêmica da decolonialidade, Bispo (2023) também propõem repensar conceitos arraigados sobre cultura, identidade, humanidade e cidadania. Abre a noção de que *somos compartilhante* não apenas de vivências, mas também tecnologias e conhecimentos

originários, onde as práticas coletivas nas roças, as danças, os cantos transmitidos através das gerações, as relações com os pássaros, as plantas e outros seres vivos:

“O compartilhamento é uma coisa que rende. Quando cheguei ao território em que estou hoje, já existiam outros compartilhantes que nos receberam. Na Caatinga, os umbuzeiros nos receberam. Eles compartilharam seus frutos, suas folhas e suas raízes quando chegamos, e não trouxemos nada para os umbuzeiros. Eles já eram nativos daqui, viemos habitar esta terra depois deles. Foi assim com os pássaros, foi assim com uma planta chamada pinhão – que não é o pinhão manso, é um pinhão cuidado por nós, ditos humanos, que as juritis adoram. Elas comem esses pinhões e, vez por outra, pegamos uma juriti. O pinhão compartilha com a juriti, a juriti compartilha conosco, e nós vamos compartilhar de novo com o pinhão. Agora que já estamos aqui há mais tempo, entramos também no ciclo local de compartilhamento”. (BISPO, 2023, p.40)

Somos compartilhantes, e essa expressão reflete as relações de pertencimento que o autor nutre com todos os seres presentes nos quilombos. Ao descrever a autogestão, característica desses territórios, Antônio Bispo demonstra que a confluência entre modos de ser e saber torna a festa quilombola um “instrumento de defesa das nossas práticas alimentares, pois a festa é mais forte que a Lei. O Estado não consegue quebrar os modos de vida quando eles estão envolvidos nas festas” (BISPO, 2023, p. 44). Assim o envolvimento e a *biointeração*, as *confluências* e o *compartilhamento* tornam-se marcos de uma luta contra um sistema colonial ainda ancorado em políticas de Estado.

Políticas Públicas Culturais e Políticas de Salvaguarda do SAT – RN

As discussões contemporâneas sobre políticas públicas culturais envolvem uma série de intervenções realizadas por diversos atores, como o Estado, organizações civis e grupos comunitários, com o objetivo de orientar decisões, ações e programas relacionados à cultura. Segundo Lia Calabre (2020), ao abordar esse tema, é essencial reconhecer e considerar a diversidade de públicos e promover a inclusão das populações minorizadas que historicamente estiveram à margem da produção e do acesso à cultura no país. Além

disso, Calabre (2020) ressalta que nem todo fenômeno cultural deve se tornar objeto de política pública cultural, pois há o risco de tentar administrar a irracionalidade e o caos dos processos criativos, empobrecendo a relevância das políticas públicas ao reduzi-las a uma dimensão meramente administrativa.

Com base na oralidade e na memória, para o Coletivo de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro a roça é uma tecnologia ancestral indígena. Essa tecnologia corresponde a um complexo de relações entre humanos e plantas, envolvendo o manejo da floresta, da terra, das crenças, dos conceitos e das práticas, onde as mulheres são responsáveis pelo benzimento da roça. Em entrevista para o Parecer de Revalidação do Registro do SAT-RN (2021), Elizangela destaca que “a roça é o nosso passado, nosso presente e o nosso futuro”. Ela afirma que a Roça Indígena continuará (re)existindo e descreve as relações que envolvem modos, saberes, fazeres, ritos, espécies de maniva, plantas, mulheres donas de roça e o benzimento.

Importante também considerar que em 2014 havia a formação dos Conselhos de Anciãos, que a partir daquele momento passou a ser denominado de Conselho da Roça, nomenclatura escolhida pelos detentores e detentoras do SAT-RN, composto por pessoas legitimadas pelos seus pares como conhecedores e conhecedoras da prática. Para pensar os limites, possibilidades e impactos das Políticas de Salvaguarda, nesta região de extensão territorial e geografia dos rios, foi formado um Conselho da Roça em cada município: Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

Contudo, em 2021, durante a reavaliação do registro, a ausência do Conselho da Roça, devido à pandemia de Covid-19, representou um enorme prejuízo. Nessa ocasião, foi discutido o atual contexto de vulnerabilidade do bem, que está relacionado e sujeito a várias interferências: a hegemonia do modelo "moderno" frente às práticas culturais locais, a integração das mulheres no mercado, o acesso à terra, a transmissão de saberes (principalmente os relacionados à dimensão simbólica), a falta de interesse dos mais jovens, a perda da diversidade biológica e dos saberes, mudanças nos hábitos alimentares e as mudanças climáticas.

Naquele momento as mulheres reafirmaram que a roça indígena (re)existe:

Mesmo após 10 anos de seu processo de registro, o SAT-RN continua com os seus aspectos e não irá acabar porque vem de muitas gerações, com conhecimentos, inovações e modos de fazer

que continuam nos dias atuais. O SAT-RN é nossa referência de memória e identidade, por isso não há como mudar... é um sistema nosso, do povo indígena do rio negro que passa de geração para geração. A roça continua, a etapa da queima continua sendo feita com nosso conhecimento tradicional mesmo, porque assim se regenera e tem um ciclo de vida de abundância e riqueza de diversidade e de alimentos (Sandra e Elizângela, p. 30, Parecer de Revalidação do Registro).

Ainda que no Dossiê do Registro tenha sido alertado sobre as transformações e vulnerabilidade dos conhecimentos sobre a diversidade de espécies de plantas, Sandra e Elizângela, lideranças das mulheres indígenas do Rio Negro, relataram que na comunidade, através do contato com uma dona de roça (infelizmente não foi nomeada no parecer), identificaram que ela ainda mantinha 56 tipos de manivas na roça dela. Para esta guardiã “ela planta para ter mesmo, porque diz que assim as manivas ficam alegres, que dançam juntas a noite”.

É possível perceber nessa narrativa o simbolismo e a (re)existência da roça em um sistema de relações humanas e não humanas, que interagem e se comunicam movendo as noções de um tempo ancestral. Esta compreensão ontológica sobre aspecto da sociabilidade multiespécies entre plantas, plantas e donas de roça, é presente nos relatos e transcendem a linguagem comum do Estado. Não é possível dar conta de colocá-las em caixinhas, por isso é preciso “superar o caráter autoritário do atual Estado, para que toda e qualquer proposta de mudança seja exaustivamente debatida, respeitando-se as mais diversas formas de linguagem e de comunicação”, escreveu Antônio Bispo dos Santos (2015, p. 97), no livro intitulado *Colonização, Quilombos: modos e significados*.

Ao problematizar o alcance das Políticas Públicas, Mestre Nego Bispo (2023) nos provoca a pensar em “*Políticas Próprias*” que incorporem a complexidade particular de povos *diversais*, cosmológicos, naturais e orgânicos”. As periferias produzem e incorporam suas próprias políticas. Essa passagem serve para pensar sobre as políticas públicas:

O nosso movimento é o movimento da transfluência. Transfluindo somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui. Conflui, transflui e conflui. A ordem pode ser qualquer uma. Para nós, o conteúdo determina a forma e a forma determina

o conteúdo. Se eu sair procurando um sapato que sirva no meu pé, então o meu pé é a forma e o sapato é o conteúdo. O sapato é que tem que se encaixar no formato do meu pé. Mas se, como os povos sintéticos, eu sair procurando um pé adequado para um sapato, se tenho um sapato à procura de um pé, o pé é o conteúdo, e o sapato é a forma. (BISPO, 2023, p. 45)

Pensar que muitas vezes o sapato é o registro e a manifestação cultural o pé, é preciso questionar os formatos das políticas de salvaguarda. Territorializadas na tradição oral as comunidades indígenas se organizam em modos coletivos de saber, nos quais existem milenares encontros de diversidade *biocultural* neste território chamado de SAT-RN.

Por isso é fundamental reconhecer e inserir essas sujeitas que manejam a roça e são envolvidas com a terra. Reconhecer que as práticas de plantio e de manejos tradicionais dos povos indígenas na Amazônia vão além de meras atividades econômicas, representando uma forma de conhecimento e de relação com o ambiente profundamente enraizado na cultura e na história dessas comunidades. Essa compreensão é essencial para a valorização e a preservação da rica biodiversidade amazônica e para o respeito aos direitos e à autonomia dos povos indígenas.

Assim, as políticas de salvaguarda do SAT-RN podem ser vistas não como um objetivo a ser alcançado, ou, como uma cadeia produtiva de mercadorias (pimentas, manivas e frutas) mas sim, como uma premissa orgânica, intrínseca às práticas e relações humanas e não humanas. Portanto, é necessário desaprender algumas noções como agricultura e coleta arraigadas na ideia de um passado de “povos caçadores-coletores” que viveram seu estágio inicial nas cavernas que chegaram ao ponto de “domesticação de plantas” e a consequente conquista da agricultura que posteriormente fez concentrar, crescer e complexificar as sociedades, que passaram a produzir excedentes de alimentos e a se organizarem na forma de Estado:

Forçada a se encaixar na história de qualquer parte do mundo, quando transportada para a Amazônia essa narrativa não parece refletir a trajetória dos povos que por aqui habitam há milhares de anos. A agricultura, tal como a entendemos, não parece ter florescido nos solos amazônicos, que assistiram e participaram de outros processos de ação e interação positivas das populações humanas ao longo do tempo. A rica biodiversidade da Amazônia é resultado de sofisticados processos de manejo e transformações vegetais, de relações de companheirismo, entre humanos e não humanos, e de sensíveis e elaborados

construtos filosóficos em que participam as espécies naturais. (MENDES, 2020, p. 223).

Neste trecho do livro *Vozes Vegetais*, o antropólogo Gilton Mendes explica que complexa relação dos povos indígenas com seus ambientes na Amazônia, infinitamente longe de ser uma fronteira agrícola, selvagem e virgem à espera da monocultura e do agronegócio. O avanço para o norte sempre foi uma tentativa de desenvolvimento, progresso civilizatório e domínio do “mundo selvagem” para transformá-lo em mercadoria.

A partir da *contracolônização* Nego Bispo (2023) traz uma série de aprendizados e lições de sua geração quilombola sobre a nossa relação humanas e não humanas, relações com a alteridade e diferença, promovendo uma perspectiva circular e integrada, que reconhece a interconexão e *biointerações* constituídas por seres compartilhantes. Sugere-nos ainda que, se leve em consideração as formas de organização coletivas e o reconhecimento das políticas próprias em cada território.

Bispo do Santos acredita que não exista (des)envolvimento sustentável, pois é urgente e necessário um envolvimento. Nessa mesma perspectiva Ailton Krenak afirma que não há desenvolvimento humano dentro da floresta sem a florestania: “É possível um desenvolvimento humano dentro da floresta com outras tecnologias, com outros horizontes de vida social, de muitas alternativas de dentro da floresta, que não seja essa única que vem de fora e que sugere que cidadania é uma coisa de quem vive nas cidades” (KRENACK, 2022, p. 30). Coadunam com a palavra de que se existe futuro possível para o SAT-RN, esse futuro é ancestral.

Na revalidação do registro, foi solicitado que novos estudos sobre o SAT-RN sejam realizados. Um exemplo relevante é o livro *Umbigo do Mundo*, liderado por Francineia Bitencourt Fontes (Francy Baniwa), uma antropóloga indígena, em colaboração com seu pai, Francisco Fontes Baniwa, e seu irmão, Frank Fontes Baniwa, que ilustra a obra com aquarelas. Francy Baniwa (2023) enfatiza que as histórias narradas estão vivas e integradas ao cotidiano, abordando as práticas de cultivo e alimentação dos Baniwa através do mito de Kaali. Ao registrar e ilustrar essas narrativas, Francy e seu irmão estabelecem um novo projeto epistemológico indígena. Escrever é um ato de *contracolônização*, pois desafia os papéis tradicionais da academia e da antropologia.

Por último, mas não menos importante, é fundamental destacar que a escrita na dissertação de mestrado de Francy é um projeto coletivo. Como antropóloga indígena, ela se engaja de maneira única com o campo, do qual faz parte integralmente. Nessa perspectiva, a antropologia se torna uma ferramenta crucial para acessar e valorizar os conhecimentos tradicionais. Essa abordagem enfatiza compromissos éticos, como a fidelidade às narrativas e uma profunda interpretação das ideias, que estão intrinsecamente ligadas por laços de pertencimento e subjetividade. Este estudo representa um esforço para preservar a cultura através do registro das histórias, convidando a antropologia a apoiar a autonomização dos saberes indígenas.

Considerações Finais

Apesar do reconhecimento constitucional, a implementação efetiva das políticas culturais e de salvaguarda tem sido marcada por desafios e obstáculos. O Estado muitas vezes falha em cumprir suas obrigações, deixando os povos indígenas vulneráveis à violência, à invasão de seus territórios e à exploração de seus recursos naturais. A violência de Estado perpetrada contra esses povos continua a ceifar vidas e a desrespeitar seus direitos fundamentais e suas próprias epistemologias.

Ainda há dificuldades com relação ao acesso à terra, para que o SAT-RN siga (re) existindo é preciso atentar para o fato de que a demarcação e proteção das terras indígenas são pilares essenciais para a preservação da cultura e da identidade desses povos. No entanto, muitas dessas áreas enfrentam pressões constantes de setores econômicos e políticos interessados na exploração dos recursos naturais nelas contidos, o que coloca em risco não apenas o meio ambiente, mas também a sobrevivência física e cultural dos povos originários. É fundamental que o Estado brasileiro cumpra sua responsabilidade constitucional de demarcar e proteger as terras indígenas, garantindo assim a sobrevivência física e cultural desses povos.

Além disso, é necessário construir políticas de salvaguarda que fortaleçam as comunidades indígenas em todos os aspectos de suas vidas, respeitando sua autonomia, sua diversidade cultural, suas cosmologias e epistemologias. Somente com o comprometimento efetivo do Estado e da sociedade em geral será possível construir um futuro no qual os povos originários possam viver com dignidade, respeito e liberdade, preservando suas culturas milenares para as gerações futuras.

Lia apresenta contribuições de muita relevância para explicar como as Políticas Públicas se empobrecem se a reduzirmos a dimensão administrativa, sem compromisso com um modelo de sociedade compartilhado por diversos agentes sociais. O Conselho da Roça é um espaço muito potente para construção de políticas públicas efetivas. Ao traçar linhas para um plano de salvaguarda concreto, é necessário considerar a democratização dos meios de produção cultural, a garantia de acesso universal à educação e à cultura, e o fortalecimento dos espaços de participação colaborativa na tomada de decisões políticas e culturais.

O pensamento de Mestre Nego Bispo (202) e Krenak (2022) nos abrem caminho de como construir políticas culturais voltadas para os povos indígenas precisam abranger não apenas a proteção de seus territórios, mas também o fortalecimento de suas práticas culturais, a valorização de suas línguas, cosmovisões e tradições, o acesso à educação diferenciada e o estímulo ao (des)envolvimento e as *biointerações* do viver a florestania nas comunidades *afropindorâmicas*.

A partir do estudo de Francy Baniwa (2023) surge algumas perguntas ensaísticas: seria possível registrar e salvaguardar o SAT-RN criando narrativas que conduzam por uma trilha cosmológica, inventariada na sensibilidade e na memória, interligadas às entidades, bichos, plantas, lugares e acontecimentos de um tempo ancestral? O Conselho da Roça evoca no parecer de revalidação de registro a necessidade de novos estudos feitos de maneira colaborativa entre IPHAN e antropólogos e antropólogas nativas. Como realizar essa tarefa e amplificar as interlocuções com os povos da terra e da floresta? Como construir uma política de salvaguarda com as comunidades indígenas e não sobre os modos de vida indígena do chamado Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro?

Referências Bibliográficas

BANIWA, Francy Fontes. **Umbigo do mundo: mitologia, ritual e memória = Hiipana, eeno hiepolekoa: baniwa waliperedakeenai**. Narrado por Francisco Luiz Fontes Baniwa. Ilustração de Frank Fontes Baniwa. Rio de Janeiro, RJ: Dantes, 2023.

BRAYNER, Natália. Da roça à mesa: Caminhos e sentidos da patrimonialização do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, AM, in: **Sistemas Agrícolas do Brasil**. Brasília- DF. Embrapa. 2010.

II FALEM da Zona Oeste (Video aula). Polo de Economia Criativa da Zona Oeste.

Produção: Vinícius Longo. 1o Aula – Lia Calabre. Rio de Janeiro: 2020. (2h08m), color.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. (**Dossiê Iphan: 19**). Brasília- DF. 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo. **Somos da terra**. Piseagrama, Belo Horizonte, n. 12, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>. Acesso em: 2 out. 2020

VELTHEM, Lúcia & EMPERAIRE. Laure (Orgs). **Manivas aturás beijus: o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**. / coordenadoras Lúcia Hussak van Velthem, Laure Emperaire. --- Santa Isabel do Rio Negro: ACIMRN. 2016.